



RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VINCULADAS - DARA

Data: **29/08/2020**.

REUNIÃO PELA PLATAFORMA ZOOM

Estados Presentes: **AP, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, RN, RO, RR, RS e SC.**

Pauta: **1) Informes; 2) Avaliação de Conjuntura; 3) Planos de Luta e Pauta de Reivindicação; 4) Homologação da Coordenação Nacional do Departamento Setorial; 5) Encaminhamentos.**

O Secretário Geral da CONDSEF/FENADSEF, Sérgio Ronaldo da Silva, abriu o Encontro Nacional apresentando a todos (as) vários informes referentes às demandas que a Condsef/Fenadsef vem implementando durante o período da pandemia do Covid-19, também informou que a deliberação do XIII e IV congressos da CONDSEF/FENADSEF foram aprovados que o processo de escolha dos membros componentes dos Departamentos da CONDSEF/FENADSEF nos Encontros Setoriais serão por homologação, por ocasião de não ter acontecido os encontros setoriais nos referidos congressos. Em seguida, informou que no Seminário do FONASEFE, após amplo debate, os dirigentes concluíram que realizaremos no dia 30/09, um Dia Nacional de Luta, em defesa dos direitos e contra a reforma Administrativa, que está sendo implementada pelo governo Bolsonaro.

A CONDSEF/FENADSEF está participando de várias atividades, tais como:

- ✓ “Wébinários”, todos os sábados, juntamente com a Frente Parlamentar, em Defesa do Serviço Público;
- ✓ Construindo o Ciclo de Debates com as entidades sindicais e parlamentares, Contra a Reforma Administrativa que terá o seu lançamento no próximo dia 03/09/2020;
- ✓ Orientou aos sindicatos filiados a realizarem assembleias e debates virtuais junto à base e ajuizar ações contra o RETORNO IMEDIATO DO TRABALHO PRESENCIAL, enquanto durar o período da curva acentuada da pandemia do Covid-19.

ENCAMINHAMENTOS:

- Continuidade do Trabalho Remoto - Segundo dados oficiais o Brasil já registra 514.489 casos confirmados de pessoas infectadas e 29.314 mortes (31/05/2020), ocupando o 2º lugar no ranking mundial em termos de número de casos e o quarto em número de mortes, num contexto de

aumento acelerado de novas transmissões, internações e mortes. Diante deste quadro, consideramos inaceitável e temerária a abertura das unidades do serviço público federal, a partir de 22 de junho, e o retorno dos trabalhadores (as) aos locais de trabalho. É preciso preservar vidas, tanto dos servidores como da população, enquanto perdurar o pico da transmissão do novo coronavírus, garantindo o isolamento social.

O próprio Governo Federal aponta que, mesmo em quarentena, mais de 500 servidores públicos foram confirmados para a Covid-19 desde a segunda quinzena do mês de maio. Os servidores têm muitos motivos para se preocuparem com o retorno aos locais de trabalho, porque sem as medidas protetivas de quarentena e isolamento social esses números certamente seriam bem maiores. É preciso considerar o risco adicional de transmissão para familiares e público atendido, aumentando as tragédias pessoais e sociais que caracterizam essa pandemia.

A outra preocupação é que vários serviços são realizados por estados e municípios, via parceiros como PAT's, POUPATEMPOS, UAI's e as diversas denominações recebidas nos estados, e que neste momento da pandemia, deixaram de fazer a recepção das solicitações dos requerentes. Uma vez que o número de servidores federais no órgão é insuficiente para atender toda essa demanda, poderá acarretar um atendimento ineficiente e aquém da necessidade da população, especialmente, em um momento em que o país já ultrapassa 12 milhões de desempregados e segue em crescimento neste período de pandemia, acarretando maior número de solicitações.

É inconteste de que o isolamento social tem sido apontado como fundamental para conter o avanço do contágio pelo COVID-19, sendo, portanto imprescindível que seja prorrogado o período de quarentena, mantendo-se em trabalho remoto os servidores de todas as Carreiras do Serviço Público Federal, enquanto perdurar o período de pico do contágio. Além disso, o governo federal precisa preparar adequadamente as condições para garantir o retorno seguro dos servidores aos locais de trabalho.

É importante destacar que o MPF e MPT propuseram ação contra a União para instituir o trabalho remoto no âmbito de todo o executivo federal, que tramita sob o número 1028547-52.2020.4.01.3400 perante a 21ª Vara da Justiça Federal.

- Avaliação de desempenho e metas para o próximo período - suspensão da avaliação de desempenho deste ano, repetindo-se os valores anteriores para efeito de pagamento da gratificação de desempenho, assim como, a não utilização dos níveis de produtividade alcançados pelos servidores no período de quarentena como parâmetro para o estabelecimento de metas futuras.
- Fornecimento de materiais de proteção aos servidores como máscaras (com trocas) e outros materiais, de acordo com recomendações das organizações de saúde, tais como: máscaras, luvas, álcool em gel, viseiras acrílicas, escudo protetor nos guichês de atendimento e termômetros,

para não colocar em risco à vida desses trabalhadores e da população. Planejamento e orientações às chefias e aos servidores de procedimentos e cuidados para evitar aglomerações entre os servidores em recintos fechados ou com a presença da população.

- Auxílio ou Indenização por trabalho remoto – esta reivindicação se justifica uma vez que os servidores vêm garantindo o funcionamento da máquina pública com os próprios recursos, tais como, despesas com energia elétrica, internet e equipamentos de trabalho próprios, como computadores e notebooks.
- Regulamentação do trabalho remoto no âmbito da SRT-ME.
- Fiscalização sobre o fornecimento de uniformes e materiais de EPI das empresas contratadas para todos os terceirizados (vigilantes, recepcionistas e trabalhadores da limpeza).
- Garantia de pagamento de salários aos trabalhadores terceirizados e suspensão das demissões durante a pandemia. Reversão das demissões dos terceirizados e novas contratações.
- Propor que, após o período da pandemia e do retorno aos locais de trabalho, o atendimento à população via e-mail seja suspenso, uma vez que o atendimento presencial de entrada do seguro desemprego é feito pelos governos estaduais e municipais (Poupatempo, CAT's e PAT's, UAI's, etc.). Adoção de Sistema de Atendimento Agendado, de acordo com a força de trabalho disponível em cada área.
- Melhoria dos sistemas com a disponibilização de serviços digitais inteligentes, visando à diminuição de intercorrências, lentidão e falhas nos programas e sistemas eletrônicos.
- Investimento em meios que possibilitem a orientação ao público quanto à utilização dos serviços online, com uma linguagem acessível a todos.
- Cursos de treinamento aos servidores nos casos de mudança de setor.
- Solução de problemas e gargalos provenientes de processos de trabalho das parceiras DATAPREV e SERPRO perante as plataformas digitais: Emprega Brasil, Gov.Br, Empregador web, Carteira de Trabalho Digital, SINE FÁCIL, etc.
- Retorno urgente do atendimento de 12 horas, em regime de turnos, já que amplia o horário de atendimento oferecido à população.
- Abertura da negociação urgente em todos os estados, entre os Superintendentes e as entidades estaduais para discussão dos problemas locais.
- Que a CONDSEF/FENADSEF oriente aos sindicatos de base a ajuizarem ações pleiteando a continuidade do Trabalho Remoto;
- Lutar pela revogação da Emenda Constitucional, EC - 95/2016, do teto dos gastos;
- Reforma tributária com taxação das grandes fortunas, heranças e sonegadores;
- Participar dos seminários da Condsef/Fenadsef de organização e formação sindical;
- Moção de solidariedade a legítima greve dos trabalhadores(as), dos Correios.

- Reforçar a posição política da defesa do estado democrático e dos direitos dos trabalhadores;
- Unidade da classe trabalhadora para derrotar o neoliberalismo;
- Realizar campanha de mídia em defesa dos serviços públicos;
- Solicitar audiência com a Ministra da Agricultura para tratar dos temas da CEPLAC e TELETRABALHO;
- O Trabalho presencial só deve ocorrer quando acabar a pandemia, pois, estar confinado em uma sala com vários servidores é contaminação certa;
- Realização de atos presenciais, onde for possível, com todos os cuidados e determinações das autoridades sanitárias;
- Fazer panfletagens nas ruas junto à população com linguagem de simples compreensão da população, esclarecendo os ataques e o desmonte dos serviços públicos em execução pelo governo fascista de Bolsonaro;
- Explorar a posição irresponsável do governo pelas mais de 120 mil mortes por Covid no país;
- Que a Condsef/Fenadsef organize uma mesa de diálogo com as organizações da agricultura familiar (Contraf Brasil e Contag), com os movimentos de luta pelo reconhecimento e regularização fundiária de áreas quilombolas (CONAQ dentre outras), e demais povos tradicionais, para debater a situação das políticas do estado brasileiro para a agricultura, de alimentos, o abastecimento, a democratização da posse e propriedade da terra, a soberania e a segurança alimentar, inserindo a defesa dos serviços e dos servidores públicos como estratégico nesse debate;
- Defesa da abertura de concursos públicos para recrutamento de pessoal para os órgãos de agricultura e reforma agrária para recompor e ampliar a força de trabalho neste setor;
- Denunciar as perseguições aos fiscais do MAPA que estão sendo processados por terem sido envolvidos em plano de saúde oferecido por empresa frigorífica e que de forma inadvertidamente/ingenuamente, fizeram alguns usos desse plano de saúde;
- Que o MPT faça inspeção nos locais de trabalho conferindo as condições de segurança em caso de algum possível trabalho presencial;
- Que a Condsef/Fenadsef recomende aos sindicatos que façam debates com a participação das suas assessorias jurídicas envolvendo os temas sobre Avaliação de desempenho, Trabalho remoto e Assédio Moral;
- Lutar pela implementação do relatório do grupo de trabalho do INCRA, que propõe a criação de gratificação de qualificação e melhoria nos padrões remuneratórios;
- Fortalecer nacionalmente a Campanha do Serviço Público e realizar mobilização e trabalho de “CORPO A CORPO” junto com os Deputados e Senadores nos Estados, mostrando a importância

do setor público para a sociedade e de como a Reforma Administrativa irá prejudicar o serviço público;

- Garantir a realização de atos/manifestações em defesa do serviço público, respeitando as normas de distanciamento da Organização Nacional de Saúde;
- Realizar atos nacionais alternativos “Em Defesa da Agricultura Familiar” com “ações” que possam mobilizar a população (como por exemplo: distribuição de alimentos, legumes, verduras, etc., em pontos estratégicos);
- Confeccionar boletim específico que apresentem as principais propostas apresentadas sobre a Reforma Administrativas (questões como: instabilidade, progressão, congelamento salarial e outras que já foram aprovadas no início do governo, como: terceirização, diminuição de estruturas/setores, EC 95);
- Lutar pelo fortalecimento das políticas específicas e das políticas nacionais;
- Solicitar ao Dieese atualização dos percentuais da tabela/Auxílios: Alimentação/outros de direito dos servidores do INCRA; assim como o valor da diária do Executivo;
- Lutar em defesa da realização de concurso público e contra a terceirização nos setores/órgãos, e não contra os trabalhadores terceirizados;
- Lutar pela revogação da EC 95;
- Atualizar a pauta de reivindicação e plano de luta dos servidores do MAPA e do INCRA;
- Lutar por um Estado Forte e por Serviço Público forte;
- Realizar “Campanha contra a Reforma Administrativa”;
- Realizar Campanha mostrando que todo servidor público é de “Carreira Típica do Estado”;
- Lutar contra o Assédio Moral dentro dos setores/órgãos;
- Lutar contra indicação de cargos político sem perfil técnico dentro dos setores/órgãos públicos;
- Aumentar investimento no setor e garantir a qualidade de trabalho;
- Debater a Instrução Normativa 65, no que tange a manter o trabalho remoto e lutar por mudanças em alguns pontos apresentados nessa instrução, tais como: corte do vale transporte e omissão no texto sobre o vale alimentação;
- Lutar pela reestruturação da carreira dos servidores lotados no MAPA e no INCRA;
- Lutar pela garantia de realização de laudo ambiental para fins de recebimento da insalubridade para os servidores do MAPA;
- Acelerar o processo de mobilização devido a Reforma Administrativa;
- **COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DARA:**
 - ✓ Alexandre Reis Coutinho - MAPA - GO
 - ✓ Geraldo Martiliano Gomes - MAPA - PE



- ✓ **Hilton de Paula Cordeiro - INCRA - RO**
- ✓ **Sandra Lúcia da Silva Mota - INCRA - CE**
- ✓ **José Carlos Veridiano - CEPLAC - BA**
- ✓ **Eleandra Raquel da Silva Koch - INCRA - RS**
- ✓ **Margareth Buzaglio Pinto - INCRA - AM.**

Brasília-DF, 29 de agosto de 2020.


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da Condsef/Fenadsef